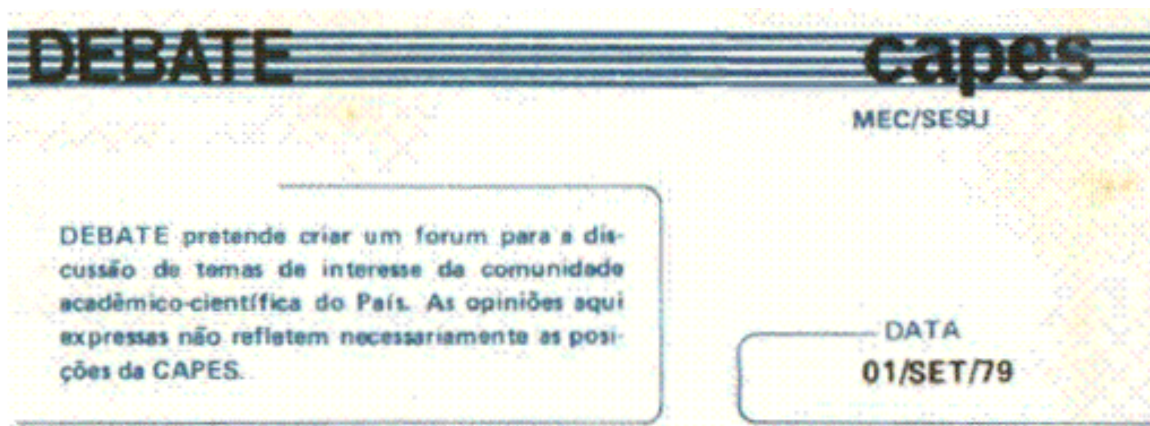


Que fazer com a Pós-Graduação?

Simon Schwartzman

Publicado em *Debates CAPES*, 1 de setembro de 1979

Criados com a melhor das intenções, os programas de pós-graduação que se implantaram no Brasil nos últimos 10 anos já são mais de 600, três quartos dos quais de qualidade duvidosa, e todos consumindo verbas substanciais. A demanda por novos cursos, mais vagas, mais dinheiro, parece interminável. Até onde vai isto? Que fazer com a pós-graduação?

Existem várias motivações diferentes para a pós-graduação. Uma das mais legítimas é a busca de um contexto institucional adequado para o ensino de alto nível, a pesquisa universitária e a formação de pesquisadores e mestres. Por melhor que seja, o ensino de graduação é sempre insuficiente para a formação de alto nível, principalmente porque nossas escolas superiores tradicionalmente se orientam para a formação de profissionais para o mercado de trabalho e professores para as escolas secundárias, tendo faltado, até agora, um lugar adequado para a formação de professores universitários e pesquisadores

científicos. Outra motivação é a formação de engenheiros e tecnólogos de alto nível, que possam contribuir para o desenvolvimento de uma capacidade tecnológica de padrão internacional entre nós. Infelizmente, poucas instituições no Brasil estão capacitadas para proporcionar este tipo de formação, e o número de pessoas que têm realmente vocação e condições para carreiras científicas e tecnológicas de alto nível não é muito grande. Estas motivações genuínas servem para justificar a necessidade da pós-graduação, mas estão longe de explicar a expansão que tem havido.

A caixa de Pandora foi aberta quando, a partir da reforma universitária de 1968, passou-se a exigir títulos de pós-graduação para a contratação ou promoção de professores universitários. Esta exigência formal, ainda que com prazos aparentemente amplos para ser efetivada, gerou uma enorme pressão por novos cursos pós-graduados, por parte de professores e escolas superiores que nunca teriam sonhado em ir mais além do ensino das profissões liberais. Para evitar a proliferação de cursos de má qualidade, tentou-se criar um sistema complexo e burocratizado de credenciamento dos cursos pelo Conselho Federal de educação. A lentidão e o ritualismo deste sistema não conseguiu frear a criação de novos cursos mas ajudou a burocratizá-los desde o início.

A demanda por pós-graduação surgiu ainda por parte de uma série de profissões que estavam encontrando um mercado de trabalho difícil, e que viam no sistema pós-graduado uma forma de adiar, por algum tempo, o problema. A expansão gigantesca das vagas nas universidades a partir de 1968 aumentou muito o número de profissionais que se formam cada ano, e diminuiu, na média pelo menos, a qualidade de sua formação. Um título universitário na mão, hoje em dia - mesmo nas profissões tradicionalmente mais valorizadas, como a medicina e a engenharia - pouco significa em termos de oportunidades de trabalho. Entrar na pós-graduação significa poder adiar a entrada no mercado de trabalho, conseguir logo uma pequena bolsa de estudos, adquirir uma formação um pouco melhor, e participar de um ambiente onde contatos são mais fáceis para a obtenção de bons empregos.

A esta demanda crescente correspondeu uma grande disponibilidade de recursos por parte do governo. Uma parte desta disponibilidade se explica pela crença sincera na importância da pós-graduação e na legitimidade de seus objetivos. Outra parte se explica,

possivelmente, pela crise do sistema de graduação, que surgia aos olhos de muitos como imanejável. Carregados de tensões políticas, inundados de estudantes com pouca qualificação, instalados em condições precárias, mantidos por professores mal qualificados, os cursos de graduação e as universidades pareciam imunes a qualquer esforço direto de ajuda e apoio para a melhoria de qualidade. A pós-graduação, no entanto, bem menor em tamanho, mais protegida dos embates políticos da universidade, parecia um contexto onde novas experiências pudessem ser criadas, e onde os investimentos pudessem dar resultados mais palpáveis. Em certo sentido, a pós-graduação repetia a experiência antiga brasileira de criar instituições novas e em paralelo sempre que instituições antigas deixam de ser manejáveis.

A qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos cursos de pós-graduação de melhor qualidade justifica, sem dúvida, grande parte do que foi feito até agora. Não há dúvida nenhuma que o Brasil possui hoje uma massa crítica substancial de pessoas bem treinadas, fazendo pesquisa de alta qualidade, e formando gente de bom nível. Basta olhar em volta, pela América Latina, para perceber que o sistema de ensino e pesquisa de alto nível criado no Brasil não encontra paralelo ao sul do Rio Grande. Mas existem, também, problemas. A pós-graduação atrai para si recursos importantes e os melhores talentos, e pouco disso reverte para a graduação. A progressiva massificação dos programas pós-graduados termina por prejudicar o trabalho de formação acadêmica e de pesquisa científica de alta qualidade nos melhores centros. Cursos criados sem condições mínimas de qualidade tendem a se transformar em fonte perpétua de demanda por recursos, sem esperanças de melhoria. A burocratização e o formalismo de muitos destes cursos gera a proliferação de títulos sem conteúdo real. A organização de programas de pós-graduação de pesquisa para carreiras eminentemente profissionais - como nas profissões médicas, nas profissões técnicas e nas profissões sociais - leva a um conflito contínuo e impossível de resolver entre os interesses dos estudantes e os objetivos acadêmicos dos professores e pesquisadores. Finalmente, os cursos de pós-graduação são caros, as bolsas de estudo são sempre insuficientes e de pouco valor, e a demanda parece não diminuir nunca...

Existem algumas medidas que podem alterar este quadro. A mais importante, e também a mais complexa, seria reorganizar e melhorar o ensino de graduação, de tal forma que a

demanda por pós-graduação se limitasse aos que desejam efetivamente seguir uma carreira científica, tecnológica ou acadêmica de nível mais alto. Existem outras coisas, mais simples, que podem ser feitas com a própria pós-graduação.

A primeira e mais fundamental destas coisas seria **acabar** com o **reconhecimento de títulos** de **pós-graduação** por parte **do MEC.** O MEC deve desistir de credenciar cursos e reconhecer ou registrar os títulos dos mestres e doutores. A competência para isto deve ser dada ou devolvida às diversas universidades e centros de ensino que outorguem os títulos. Com esta medida, os títulos passariam a valer tanto quanto a reputação das instituições que os outorguem. O diploma em si, registrado ou não, perderia seu valor, e desta forma boa parte da demanda artificial por pós-graduação desapareceria.

A segunda medida seria eliminar a exigência formal de **pós-graduação para o ensino universitário** Esta medida está muito ligada a um problema mais amplo, que é o da autonomia universitária. São as próprias universidades que devem estabelecer os requisitos para o recrutamento de seus professores. É preciso aceitar que o sistema de ensino é necessariamente desigual, que existirão sempre boas e más universidades, e que as boas buscarão os melhores professores sem necessidade de exigências legais, enquanto que as más encontrarão sempre formas de burlar a lei. A qualidade não pode jamais ser conseguida através de controles burocráticos e formais. As universidades devem ser livres para se orientar como acharem melhor; o governo e a sociedade podem e devem, no entanto, buscar diferenciar o joio do trio, e apoiar e estimular as iniciativas mais bem sucedidas, retirando o apoio daquelas de menor qualidade.

A terceira medida seria permitir a existência de modelos diversos de pós-graduação atendendo de forma diferenciada os vários tipos de demanda existentes. A pós-graduação científica, com ênfase em pesquisa, deveria ser limitada, no apoio que recebe, às instituições que tem realmente condições e vocação para isto. Programas de pós-graduação profissionais deveriam ser estimulados, e organizados sem o desprestígio que hoje vem associado ao conceito de "especialização ou pós-graduação "lato sensu" (Nos Estados Unidos, por exemplo, existe hoje um doutorado de psicologia clínica, Psy. D., que é proporcionado ao lado do tradicional Ph.D. para a psicologia experimental; e assim em outras áreas). Doutorados de acreditação de conhecimentos, para fim de qualificação

em carreira docente, deveriam também ser permitidos. Combinada com as medidas anteriores, esta multiplicidade de formas não nivelaria a todos por baixo como muitos temem. Ao contrário, ela permitira separar os diversos interesses que hoje confluem para a pós-graduação, e fazer com que cada qual apareça com a função e a qualidade específica que têm.

A última medida, finalmente, seria a de concentrar recursos. Pós-Graduação é excelência, e não se pode pretender excelência distribuída democraticamente por todo o território nacional. A competição pela excelência deve ser aberta, mas é necessária uma política clara de preferência pela qualidade. Uma política de fortalecimento de centros de excelência nacionais, com bolsas de estudo substanciais para que os estudantes possam realmente se deslocar de todo o país para os centros, e um sistema de recrutamento de âmbito nacional, permitiria combinar seletividade e democratização de acesso, sem o que a concentração de recursos levaria, certamente, ao elitismo.

Em síntese. existem duas coisas a fazer com a pós-graduação: desregular o sistema e concentrar **os recursos.** Não são ideias muito originais, e, na realidade, vários aspectos das medidas propostas acima já vem sendo tentados e ensaiados. Mas é necessário assumi-los como uma política integrada, para que o impacto seja, realmente, significativo.